



**I3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

AJUSTE DIRETO N.º 06/2021

Aquisição de Serviços de Seguros

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA



Índice

Artigo 1º - Identificação do Procedimento.....	4
Artigo 2º - Entidade Adjudicante	4
Artigo 3º - Órgão que Tomou a Decisão de Contratar	4
Artigo 4º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento.....	4
Artigo 5º - Convite e Entidade Convidada	4
Artigo 6º - Condução do Procedimento.....	4
Artigo 7º - Acesso às Peças do Procedimento.....	5
Artigo 8º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento.....	5
Artigo 9º - Impedimentos e sua Revelação	5
Artigo 10º - Documentos que Constituem a Proposta.....	5
Artigo 11º - Preço Base	6
Artigo 12º - Modo de Apresentação da Proposta.....	6
Artigo 13º - Prazo para Apresentação da Proposta.....	7
Artigo 14º - Prazo de Manutenção da Proposta.....	7
Artigo 15º - Propostas Variantes.....	7
Artigo 16º - Negociação.....	7
Artigo 17º - Leilão Eletrónico	7
Artigo 18º - Análise das Propostas e Adjudicação.....	7
Artigo 19º - Notificação da Adjudicação.....	7
Artigo 20º - Documentos de Habilitação	8
Artigo 21º - Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar.....	9
Artigo 22º - Confirmação de Compromissos	9
Artigo 23º - Falsidade dos Documentos e Declarações.....	10
Artigo 24º - Celebração do Contrato	10
Artigo 25º - Outras Disposições	10
Artigo 26º - Contagem de Prazos	11
Artigo 27º - Despesas e Encargos	11
Artigo 28º - Prevalência	11
Artigo 29º - Comunicações e Notificações	11
Artigo 30º - Sigilo	11
Artigo 31º - Partes Integrantes, Direito e Legislação Aplicáveis.....	12
ANEXO I - Modelo de Declaração	13



ANEXO II - Modelo de Proposta15

ANEXO III – Modelo de Declaração17



Artigo 1º - Identificação do Procedimento

1. O procedimento é designado por Ajuste Direto com a referência AD 06/2021, tendo em vista a *Aquisição de Serviços de Seguros*, objeto que obedece aos termos das especificações e condições constantes do *Anexo I – Especificações Técnicas, do Caderno de Encargos*.
2. A presente aquisição tem as seguintes Classificações CPV: 66510000-8 (principal); 66512100-3 e 66516000-0.

Artigo 2º - Entidade Adjudicante

I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto – Associação ("I3S")

NIF 515 769 053 | Rua Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt

Artigo 3º - Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Direção da Entidade Adjudicante, Órgão Competente para a decisão de contratar, em 16 de dezembro de 2021.

Artigo 4º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento

O procedimento é por ajuste direto ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, 29/1 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, adiante designado por "CCP", em especial, nos termos e efeitos do disposto no Art.º 16.º, n.ºs 1, alínea a) e 2 alínea e); Art.º 20.º, n.º 1, alínea d); Art.º 36.º n.º 1; Art.º 38.º; e Arts.º 112.º e seguintes.

Artigo 5º - Convite e Entidade Convidada

O I3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação, convida a empresa *Aurélio Rodrigues – Mediação de Seguros, Lda.*, a apresentar proposta no âmbito de um procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, adotado para a celebração de um contrato para a *Aquisição de Serviços de Seguros*.

Artigo 6º - Condução do Procedimento

O procedimento é conduzido pelos serviços competentes da Entidade Adjudicante, na pessoa do Responsável pelo ajuste direto para a aquisição dos serviços em causa, designados pela Direção da Entidade Adjudicante, em 16/12/2021, com o endereço correio eletrónico procurement@i3s.up.pt e com o horário de expediente das 9:00-12:30 e 14:00-17:30 horas.



Artigo 7º - Acesso às Peças do Procedimento

1. O processo do procedimento é, atento ao disposto nos artigos 40.º, n.ºs 1, al. a), e 2; 42.º e 115.º do CCP, constituído pelo convite à apresentação de proposta e pelo caderno de encargos, bem como pela ademas documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do procedimento poderão ser obtidas através de download na página da Entidade Adjudicante, <https://www.i3s.up.pt/public-procurement>

Artigo 8º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento são da competência da Entidade Adjudicante, devendo os respetivos pedidos serem dirigidos para o seguinte endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt. Os esclarecimentos devidos serão prestados pela mesma via.

Artigo 9º - Impedimentos e sua Revelação

1. O Adjudicatário não se pode encontrar em nenhuma das situações previstas no Artigo 55.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o vertido nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º aplica-se os regimes de regularização de dívidas fiscais e dívidas à Segurança Social.
3. O Adjudicatário, caso se encontre numa das situações referidas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 do artigo supramencionado, poderá demonstrar a sua idoneidade para a execução do contrato, designadamente, mediante:
 - a) Demonstração de que ressarcir ou tomou medidas para ressarcir eventuais danos causados pela infração penal ou falta grave;
 - b) Esclarecimento integral dos factos e circunstâncias por meio de colaboração ativa com as autoridades competentes;
 - c) Adoção de medidas técnicas, organizativas e de pessoal suficientemente concretas e adequadas para evitar outras infrações penais ou faltas graves.
4. Não obstante, pelo cumprimento, pelo Adjudicatário, do disposto nas alíneas anteriores, a Entidade Adjudicante poderá decidir pela não relevação do impedimento.

Artigo 10º - Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta a apresentar pelo convidado, deverá conter os seguintes documentos:
 - a) Declaração do convidado de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo I* ao presente Convite (Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP);
 - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo II (Modelo de Proposta)* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;



- c) Outros documentos, que o convidado considere indispensáveis, por conterem **atributos da proposta**, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
2. A informação contida nos documentos referidos na alínea b) do número anterior, deverá limitar-se ao estritamente necessário e deverá respeitar os seguintes parâmetros:
- a) Não deverá, em caso algum, ultrapassar o limite das 15 (quinze) folhas, sob pena de as páginas excedentes não serem consideradas para efeitos de avaliação da proposta;
 - b) O tamanho da letra não deverá ser inferior a 10pt;
 - c) Havendo necessidade de apresentar mais do que um documento, o convidado deverá ordenar os mesmos, para efeitos de contabilização do limite de folhas/páginas referido na alínea a) supra (ex. 1. proposta comercial; 2. catálogo).
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalece sobre os respetivos originais, exceção feita à documentação técnica suportada em catálogos ou fichas técnicas equivalentes e certificados, referências ou similares, passível de ser apresentada em língua estrangeira, admitindo-se, para este efeito, a língua inglesa.

Artigo 11º - Preço Base

1. Para efeitos de elaboração de proposta(s) fixa-se, como parâmetro base do preço contratual, o valor de € 10 900 (Dez mil e novecentos euros), para a vigência máxima de 1 (um) ano, sendo definido para cada ramo de seguro a contratar os seguintes valores bases individuais:
- a) Acidentes de Trabalho ("AT") - Taxa comercial base 0,341%, preço base anual, excluindo todas as taxas legais e/ou encargos de € 10 780 (Dez mil setecentos e oitenta euros);
 - b) Acidentes Pessoais ("AP") - Preço base anual de € 120 (Cento e vinte euros), excluindo todas as taxas legais e/ou encargos;
2. A remuneração a pagar está isenta de IVA, de acordo com o n.º 28 do artigo 9.º, do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
3. Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 47.º do CCP, o preço base fixado é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
4. Propostas com valor superior ao valor do preço base são excluídas.

Artigo 12º - Modo de Apresentação da Proposta

1. A proposta relativa ao presente procedimento deverá ser submetida, através da página de Internet da Entidade Adjudicante, cujo acesso é gratuito: <https://www.i3s.up.pt/public-procurement>.



2. Poderão submeter até um máximo de 10 ficheiros com uma dimensão individual, máxima, de 26MB e nos seguintes formatos: pdf, zip, rar, xls, docx, doc e odt. Após a submissão, a entidade convidada receberá uma confirmação, via correio eletrónico, do ato.
3. Alertamos que apenas ficará autorizado a aceder ao nosso portal, para efeitos de submissão de proposta, o(s) endereço(s) de correio eletrónico por nós autenticado(s), juntamente com a chave do tipo "c5651f87c86dfdb3473e027ec8a28abb8958db" fornecida aquando do envio do convite deste procedimento.
4. Será da responsabilidade da entidade convidada qualquer problema que ocorra no envio ou receção de mensagens de correio eletrónico de dimensão excessiva.

Artigo 13º - Prazo para Apresentação da Proposta

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser submetidos até às **17h00** do dia **22 de dezembro de 2021**.

Artigo 14º - Prazo de Manutenção da Proposta

As propostas são válidas pelo prazo, mínimo, de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

Artigo 15º - Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 16º - Negociação

As propostas apresentadas não serão, em caso algum, objeto de negociação.

Artigo 17º - Leilão Eletrónico

Não haverá lugar a Leilão Eletrónico.

Artigo 18º - Análise das Propostas e Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o Órgão Competente para a decisão de contratar aceita a proposta apresentada, sendo feita de forma global.
2. Após a análise da proposta, o Órgão Competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação e notifica-a, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, sendo que, juntamente com tal notificação, notifica-o ainda nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

Artigo 19º - Notificação da Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada ao Adjudicatário.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o Adjudicatário será ainda notificado:



- a) Para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no Artigo seguinte, do presente Convite e nos termos do Artigo 81.º do CCP;
 - b) Confirmar no prazo **3 (três) dias úteis**, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Da minuta do contrato, em conformidade com o exposto nos Arts. 100º a 103º do CCP.
3. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.

Artigo 20º - Documentos de Habilitação

1. Em caso de adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar, nos termos do artigo 81.º do CCP e legislação complementar aplicável, os seguintes Documentos de Habilitação no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da notificação da decisão de adjudicação:
 - a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada em conformidade com o modelo constante do [Anexo III](#) ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP.
2. Estando o Adjudicatário inscrito no Portal de Fornecedores do Estado – PNFE, www.pnfe.impic.pt, não carece de apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
3. O Adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis, nos termos do nº 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
4. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Para efeitos do disposto no número anterior, a tradução devidamente legalizada dos documentos de habilitação, quando estes estiverem redigidos em língua estrangeira, prevalece, em qualquer caso e para todos os efeitos, sobre os correspondentes originais.
7. Caso existam dúvidas sobre o conteúdo ou a autenticidade de qualquer documento que tenha sido apresentado, o Órgão Competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, a exibição do respetivo original ou de documento autenticado para conferência.



8. O Órgão Competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste do presente Convite, em prazo fixado para o efeito, quer a apresentação de quaisquer documentos comprovativos das especificações técnicas exigidas para a execução das prestações constitutivas do objeto do contrato a celebrar, quer a apresentação ou disponibilização de documentação e ou prova bastante para o efeito.
9. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º **Error! Reference source not found.**, devem ser apresentados por todos os seus membros.
10. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o Órgão Competente para a decisão de contratar notificará o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo de 2 (dois) dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
11. Quando, em função das razões invocadas, as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, derivem de um facto não imputável ao Adjudicatário, o Órgão Competente para a decisão de contratar fixará um prazo adicional, em função das razões invocadas, para efeitos de apresentação dos documentos em falta.
12. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no presente artigo através do endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt
13. A não apresentação dos documentos de habilitação nos termos previstos no presente artigo implica a caducidade da adjudicação (vide artigo 86.º do CCP).

Artigo 21º - Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar

1. Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no artigo 79.º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 79.º do CCP.
3. Determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da Entidade Adjudicante ou do Adjudicatário ou por insolvência deste, à luz do artigo 87.º-A do CCP.
4. A decisão de não adjudicação referida nos números anteriores determina a revogação da decisão de contratar, nos termos estabelecidos no artigo 80.º do CCP.

Artigo 22º - Confirmação de Compromissos

1. O Adjudicatário deve, no prazo de **3 (três) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
2. No âmbito do gizado no artigo 92.º do CCP, a pedido fundamentado do Adjudicatário, o Órgão Competente para a decisão de contratar pode prorrogar o prazo fixado para a



confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

3. A não confirmação de compromissos é regulada nos termos do disposto no artigo 93.º do CCP.

Artigo 23º - Falsidade dos Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 24º - Celebração do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo Órgão Competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, notificando-a ao Adjudicatário, considerando-se por este aceite quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos **2 (dois) dias** subsequentes.
2. Presente o estatuído nos artigos 94.º a 106.º do CCP, em especial o preceituado no artigo 94.º do CCP, o contrato é reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, sendo da responsabilidade do Adjudicatário todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, incluindo os impostos legalmente devidos pelo Adjudicatário.
3. Para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 97.º do CCP, sem prejuízo do determinado nos n.ºs. 2 e 3 do mesmo artigo, o preço contratual é o preço a pagar, pela Entidade Adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
4. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.
5. A não outorga do contrato é regulada nos termos previstos no artigo 105.º do CCP.

Artigo 25º - Outras Disposições

1. A Entidade Adjudicante pode, a todo o tempo, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo Adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número precedente, o Adjudicatário obriga-se a prestar todos os esclarecimentos, tidos por necessários pela Entidade Adjudicante, relativamente à proposta apresentada.
3. Os preços constantes da proposta devem, sempre, incluir todas as despesas e os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, nomeadamente devem logo refletir todos os custos, encargos e despesas inerentes à aquisição em causa, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente os atinentes ao



fornecimento do objeto do contrato, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e, bem assim, demais custos inerentes por natureza e por cumprimento de disposições legais, regulamentares e concursais atinentes ao fornecimento em causa, nos termos das especificações e com as características e nas condições constantes do Caderno de Encargos do presente procedimento.

4. Em sede da matéria respeitante à falsidade de documentos e declarações, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, em concordância com o gizado no artigo 87.º do CCP.

Artigo 26º - Contagem de Prazos

A contagem dos prazos relativos ao presente procedimento de formação de contrato é regulada nos termos do disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 27º - Despesas e Encargos

Todas as despesas relacionadas com a participação no presente procedimento, incluindo as relacionadas com a elaboração e apresentação de propostas e de documentos de habilitação e com a celebração do contrato, constituem encargos do Adjudicatário.

Artigo 28º - Prevalência

1. Em caso de divergência entre os esclarecimentos e as retificações e as peças do procedimento a que dizem respeito, de que fazem parte integrante, prevalecem os primeiros.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º, do referido diploma legal e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma.

Artigo 29º - Comunicações e Notificações

As notificações e as comunicações relativas ao presente procedimento de formação de contrato, são reguladas nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 30º - Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar, nos termos legais, o necessário sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com o presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente ao presente procedimento.
3. A obrigação referida nos números anteriores é extensível aos agentes, funcionários, trabalhadores e colaboradores do Adjudicatário, incluindo contratados, bem como é extensível a terceiros que os mesmos envolvam.
4. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do termo, por qualquer causa, do presente procedimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 31º - Partes Integrantes, Direito e Legislação Aplicáveis

1. Fazem parte integrante deste convite todos os seus anexos, referenciados nos artigos antecedentes.
2. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissa e ou que não esteja especialmente previsto neste convite aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação e regulamentação aplicáveis, e, se for o caso, o estatuído no caderno de encargos deste procedimento.

Junta: 3 anexos ao Convite

Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Porto, 16 de dezembro de 2021



ANEXO I - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ¹ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto com a referência **AD 06/2021**, para a *Aquisição de Serviços de Seguros* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

- a) Anexo I – Declaração;
- b) Anexo II – Modelo de proposta;
- c) ...;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação das sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57º do CCP.



6- Quando a Entidade Adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura⁴]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos



ANEXO II - Modelo de Proposta

..... [nome], na qualidade de representante legal de ⁵ [firma,
número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes e capitais sociais], tendo tomado inteiro e perfeito
conhecimento do convite e do caderno de encargos do procedimento, relativo à execução
do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto com a referência AD
06/2021, para a *Aquisição de Serviços de Seguros* declara sob compromisso de honra, que a
sua representada se propõe executar, em conformidade com o caderno de encargos,
relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as cláusulas, e legislação aplicável,
o objeto do contrato a celebrar, nos termos das especificações e com as características e
nas condições constantes do caderno de encargos do presente procedimento e pelo(s)
seguinte(s) atributos(s):

- i. Valor proposto para a **taxa comercial** de *Acidentes de Trabalho* é de %... (por algarismos e extenso) (vide *cláusula 4ª, n.º 1, a*) do Caderno de Encargos) [a indicar]
- ii. Valor proposto para o **prémio anual** de *Acidentes de Trabalho* é de €... (por algarismos e extenso) (vide *cláusula 4ª, n.º 1, a*) do Caderno de Encargos) [a indicar]
- iii. Valor proposto para o **prémio anual** de *Acidentes Pessoais* é de €... (por algarismos e extenso) (vide *cláusula 4ª, n.º 1, b*) do Caderno de Encargos) [a indicar]
- iv. O valor global da proposta é de €... (por algarismos e extenso) (vide *cláusula 4ª e 10ª* do Caderno de Encargos) [a indicar]

Código de acesso à Certidão Permanente da empresa [completar] (se aplicável)

Comunicações e notificações:

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

Os valores acima mencionados estão isentos de IVA nos termos do n.º 28 do artigo 9.º do CIVA.

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas



Mais declara(m) que se submete(m), em tudo o que respeitar ao objeto do procedimento, e à execução do contrato ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor e ao foro do Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

[Local], [Data], [Assinatura⁶]

⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos



ANEXO III – Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], sendo Adjudicatário(a) no procedimento de Ajuste Direto com a referência AD 06/2021, para a *Aquisição de Serviços de Seguros* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;⁷

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁸] os documentos comprovativos de que a sua representada⁹ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura¹⁰]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁸ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

¹⁰ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos